

A BAHIA E O MERCOSUL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vera Lúcia Veiga Santana (*)

Dentre os Países que compõem o Mercosul, o Brasil detém uma posição privilegiada especialmente no que diz respeito ao seu parque industrial. Com 154 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 414 bilhões e uma taxa de desemprego de 12%, o País dispõe de um amplo mercado e de grandes perspectivas tanto no que se refere às possibilidades de oferta de produtos, quanto às de demanda. As exportações brasileiras para o Mercosul triplicaram entre os anos de 1990 e 1993, e entre os países dessa região os fluxos comerciais se elevaram e as trocas intra-regionais somaram US\$ 12 bilhões em 1994, quando em 1990 eram de apenas US\$ 3,6 bilhões.

O Mercosul tem sido para o Brasil um instrumento de enorme valia no processo de inserção do País na economia internacional. Até o ano 2.000 tudo o que for produzido nesses países atravessará a fronteira com tarifa zero e após esse período, no ano 2.006, todos os produtos importados de outros países serão taxados com a mesma tarifa, a TEC, (tarifa externa comum), que vai variar de 0% a 20%. Dados da PROMOEXPORT atestam que nos últimos quatro anos cerca de 320 empresas brasileiras se instalaram na Argentina formando o "grupo Brasil". Essa integração já situa o Mercosul na quarta posição dentre os demais blocos econômicos mundiais, com uma população de 190 milhões de habitantes e um PIB regional de US\$ 700 bilhões.

No Nordeste do Brasil é a Bahia que mais tem avançado no processo de integração do Cone Sul, incentivada pelo Governo do Estado. As iniciativas se desenvolvem no sentido de estimular os fluxos comerciais e diversas formas de intercâmbios.

EXPORTAÇÕES BAIANAS EM US\$ MILHÕES FOB

| Países | Anos | | | |
|-----------|------|------|------|------|
| | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
| Argentina | 80 | 117 | 118 | 164 |
| Paraguai | 5 | 4 | 5 | 9 |
| Uruguai | 12 | 16 | 18 | 20 |
| Mercosul | 97 | 137 | 141 | 190 |

Fonte: SECEX/PROMOEXPORT

Em 1994, a Argentina colocou-se em terceiro lugar no ranking dos principais Países importadores de produtos baianos com a participação de 9,4% no total apurado com as exportações do estado. Essas vendas para o Mercosul representaram mais de US\$ 190 milhões e para o ano de 1995 já

alcançaram US\$ 141 milhões, relativos ao período janeiro/junho, o que significa um crescimento substancial de 63,4% com relação a esse mesmo período do ano de 1994.

A participação percentual do Mercosul no total das exportações baianas vem crescendo desde 1990 com cifras que se elevaram de 5,6% para 11,0% em 1994.

Apesar dessa performance promissora é curioso assinalar que a Bahia perdeu terreno no comparativo da sua participação nas exportações do Brasil para o Mercosul, caindo de 6,2% para 3,2% entre os períodos de 90/94. Isto é um forte indicativo da necessidade de uma ação mais ativa e de um empenho redobrado na escolha de segmentos produtivos com vantagens competitivas e de complementaridade para aqueles vetores de ponta da agroindústria baiana, intensificando e ampliando o comércio com os países do Cone Sul.

COMPARATIVO DAS EXPORTAÇÕES PARA O MERCOSUL: BRASIL E BAHIA 1990-1994 EM US\$ MIL - FOB

| ANOS | BRASIL | BAHIA | BAHIA/BRASIL (%) |
|------|-----------|---------|------------------|
| 1990 | 1.320.244 | 81.257 | 6,2 |
| 1991 | 2.309.355 | 97.200 | 4,2 |
| 1992 | 4.097.469 | 137.263 | 3,3 |
| 1993 | 5.395.236 | 141.490 | 2,6 |
| 1994 | 5.921.475 | 190.237 | 3,2 |

Fonte: SECEX/PROMOEXPORT.

Diante desse fato é preciso que se leve em conta a situação de outros estados brasileiros como os do Centro Sul, a exemplo de São Paulo que exerce uma forte liderança econômica em diversos setores produtivos e mantém incontestável supremacia empresarial, o que lhe garante uma participação bem acima da dos demais estados nas trocas comerciais, no âmbito do Mercosul. Os estados sulinos, a exemplo do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, contam com vantagens adicionais decorrentes da sua proximidade geográfica com os países do Mercosul. Isto lhes faculta maiores vantagens comparativas de localização pelas facilidades de transportes, comunicação, e custos das transações comerciais.

O estado da Bahia, inserido no processo de industrialização brasileiro, ocupa hoje a sexta posição entre os demais nacionais com um PIB de aproximadamente US\$ 25 bilhões,

(*) Economista, Coordenadora Adjunta — CER/SEAGRI

o que representa uma contribuição de 4,49% ao PIB nacional. As exportações baianas, com quase US\$ 2 bilhões, propiciam ao estado um grau de abertura econômica de 6,88% medido em relação ao seu PIB.

Na Bahia, as exportações para o Mercosul têm destaque entre os segmentos de maior capacitação empresarial e que apresentam vantagens competitivas como é o caso dos setores químico e petroquímico e cacau e derivados que, juntos, representaram mais de 80% das exportações baianas, com cifras correspondentes a US\$ 123 milhões e US\$ 33 milhões, o que significou, individualmente, participações de 65,0% e 17,0% respectivamente.

A absorção das vendas baianas no comércio intra-regional se dá com a preponderância da Argentina que importa 84,7% das aquisições oriundas do Mercosul, cabendo ao Uruguai 10,0% e ao Paraguai 4,8%. A Argentina, além de participar de forma majoritária vem elevando essa participação na aquisição de produtos baianos enquanto o Uruguai e Paraguai sofrem pequenos retrocessos.

PARTICIPAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DO MERCOSUL NAS EXPORTAÇÕES BAIANAS EM %

| ANOS | Argentina | Uruguai | Paraguai | Total |
|------|-----------|---------|----------|--------|
| 1991 | 82,5 | 12,4 | 5,1 | 100,00 |
| 1992 | 85,4 | 11,7 | 2,9 | 100,00 |
| 1993 | 83,7 | 12,8 | 3,5 | 100,00 |
| 1994 | 84,7 | 10,5 | 4,8 | 100,00 |

Fonte: SECEX/PROMOEXPORT.

Apesar de um quadro complexo, a economia baiana apresenta alguns segmentos promissores, mesmo no setor agropecuário onde vem sustentando, desde os anos 80, uma estratégia de integração competitiva. O prosseguir na expansão da fronteira agrícola vem propiciando ao estado a obtenção de novos e diferentes produtos daqueles obtidos nas zonas produtoras tradicionais, aumentando o rol da oferta estadual.

Os elevados investimentos no setor de celulose, a verticalização dos complexos produtivos agroindustriais e as respostas que se vem obtendo nos perímetros irrigados, cuja ênfase tem sido dada àqueles investimentos direcionados para a geração de tecnologia, assistência técnica e produção de insumos, já se constituem em fatores expressivos para a conquista de novos e mais atrativos investimentos para o estado, trazendo possibilidades marcantes e decisivas para a ampliação do comércio com os países do Mercosul.

O território baiano, ou mais precisamente 70% dele, está localizado no semi-árido. A população da Bahia, com 11.867.991 habitantes, está concentrada entre a faixa mais jovem que vai de 0 a 39 anos, reunindo cerca de 80% das pessoas (IBGE-1991). É interessante destacar que 40% da população baiana trabalha no campo. Nos 415 municípios existentes encontram-se situações socioeconômicas das mais diversificadas assim como os mais variados níveis de renda.

O estado conta ainda com enorme potencialidade agroindustrial cujas vantagens competitivas são irrefutáveis. Esta é uma área que deve ser explorada via sistema de parceria empresa/governo, onde o governo pode favorecer a redução de custos na área de infra-estrutura de transportes, com construção e melhoramento das estradas vicinais, e desen-

volvendo, simultaneamente com a iniciativa privada, programas de pesquisa e tecnologia. A atuação do governo contribuirá em grande medida para contra-restar os efeitos negativos daqueles empreendimentos de menor capacitação empresarial, e atenuar o *gap* tecnológico entre empresas de pequeno e de grande porte.

Na década de 90, mais precisamente em 1994, o PIB da Bahia cresceu 6,7%, superando o PIB brasileiro que teve um aumento de 5,6%. O ano de 1994 representou, para o Brasil, um momento muito importante por ter permitido um movimento de consolidação da recuperação da crise econômica do *agribusiness* nacional, que desde a década anterior vinha dando mostras de revitalização. Este movimento se depara com as dificuldades de comercialização da safra de 1994/95, o que termina por anular os ganhos obtidos anteriormente.

A partir de 1995 o estado vem perdendo o seu ritmo de crescimento em função do setor industrial que, no segmento químico, apresentou o mais baixo resultado dos dois últimos anos. Mesmo assim, outros segmentos industriais como bebida e têxtil cresceram 50,1% e 30,7% respectivamente no período de janeiro a maio, em razão da estabilização econômica e do aumento do salário real.

O segmento de produtos alimentares sofre retração em função do peso significativo da indústria de derivados do cacau que ficou ociosa por conta da escassez da matéria-prima e o segmento de papel e papelão cresceu, porém a taxas modestas.

Na Bahia, como na maioria dos estados nordestinos, o que de certa forma emperra ou dificulta o crescimento da produção agrícola é o alto risco decorrente da seca, assim como o baixo padrão tecnológico que reduz a competitividade de alguns produtos, tanto em custo quanto em qualidade. Além disso, o crédito agrícola não tem contribuído para uma melhoria do desempenho do setor.

Recentemente, o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Agricultura, assinou Protocolo com o Banco do Nordeste visando a aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Financiamento do Nordeste - FNE - para o ano de 1996, em programas definidos para doze segmentos da economia. Dentre eles, destacam-se o da recuperação da economia algodoeira cujo investimento representa R\$ 88 milhões do total dos recursos pleiteados (R\$ 290 milhões).

O programa de recuperação da citricultura, prevê a ampliação e a modernização da atividade mediante o estímulo à geração, difusão e adoção de tecnologias, à organização dos produtores, controle fitossanitário para que se torne competitiva e inserida nos padrões exigidos pelo *agribusiness*. Para essa finalidade, a atividade recebeu recursos equivalentes a R\$ 33 milhões.

Um outro programa, de recuperação da cultura da mamona, visa apoiar os produtores de pequeno e médio porte da região do semi-árido da Bahia e demais produtores de municípios da região Oeste, através de financiamento, assistência técnica e garantia de comercialização, com vista ao aumento da produção e da produtividade. Além disso, espera-se uma redução da capacidade ociosa das indústrias processadoras de óleo da Bahia e melhorar o nível de renda dos produtores, aumentando o seu poder de barganha ante as empresas. Neste programa serão aplicados R\$ 9 milhões.

Para dinamizar o pólo sisaleiro o investimento será da ordem de US\$40 milhões.

A economia cacaueteira, ou melhor, 64 municípios pertencentes à região Sul da Bahia, foram contemplados com o programa de recuperação da lavoura, cujos objetivos são controlar a *Vassoura-de-bruxa* e elevar os atuais níveis de produtividade para 40 arrobas por hectare, prevendo, além disso, a reativação da sua economia, mediante elevação dos níveis de produção, produtividade e renda, e sobretudo a recuperação de 120.000 empregos diretos. O investimento será da ordem de R\$ 30 milhões.

Além desses, R\$ 79,5 milhões serão aplicados no programa da pecuária, dos quais R\$ 37,5 milhões para a recuperação da pecuária leiteira.

A experiência demonstra que o Estado da Bahia, com um amplo mercado e excelentes oportunidades agroindustriais tem condições de atrair investimentos para outros setores da economia tais como, energia, transporte, saneamento e turismo.

Cabe advertir, como já mencionado anteriormente, que a ação do governo deverá contribuir para a continuidade e aceleração do processo. Exemplo dessa disposição é o Plano de Ação elaborado pela SEAGRI, para orientar os seus investimentos e disciplinar as formas de parceria com o setor privado nos próximos quatro anos.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES UMA ATIVIDADE PROMISSORA

Paulo Henrique de Almeida ()*

Para os incrédulos, vale a pena lembrar inicialmente que a pecuária de hoje reproduz animais domesticados que foram um dia animais silvestres. O boi, o carneiro ou o peru, são no fundo animais selvagens que foram pouco a pouco subjugados, selecionados e adaptados para melhor servir às necessidades e aos gostos dos homens.

O crescimento da renda e sua concentração relativa aumentam as possibilidades para a diversificação da oferta agropecuária. Novas frutas aparecem nos mercados. Plantam-se hortaliças estrangeiras. O mesmo acaba acontecendo com a criação. A tendência é a diferenciação da demanda por carne e outros produtos, seja para consumo doméstico seja para restaurantes. O mercado pode aceitar, por exemplo, outros tipos de aves. Um dia, quem sabe, o mercado poderá aceitar um terceiro tipo de ovo, diferente dos de galinha e codorna. De pato? De avestruz? Note-se que a venda do ovo de codorna nos supermercados foi, no seu tempo, uma grande inovação.

Num tempo de grandes avanços da engenharia genética, da seleção artificial e da arte do manejo, a domesticação e a produção de novas espécies de animais são possibilidades abertas para bons lucros no futuro. Mas de que futuro se trata? No passado, a humanidade levou séculos e mesmo milhares de anos para obter variedades de animais mais mansos e mais produtivos. Com a tecnologia e as massas de capital de hoje é possível encurtar bastante este tempo.

Desnecessário lembrar que os que investirem primeiro levarão vantagem.

O ramo na verdade já conta com uma certa vanguarda.

Nos Estados Unidos cria-se bisão para restaurantes que se especializam nesta carne exótica. A África do Sul exporta cortes especiais de carne de avestruz. Na Europa, os açougues e os supermercados de congelados vendem carne de animais silvestres domesticados: javali, lebre, perdiz e outros. A criação de crocodilianos cresce mundialmente desde os anos 1960, com base em três espécies: o aligátor norte-americano, o crocodilo do Nilo e o crocodilo do Indopacífico (esta última colocando alguns novos "tigres" na jogada). Os exemplos estão aí, para quem quiser vê-los.

De um ponto de vista mais político ou ideológico, a criação de novas espécies de animais conta com uma vantagem: trata-se de uma atividade que pode ser simpática a certos movimentos de defesa da ecologia. A razão é simples. Se a exploração comercial se completa com a produção de animais destinada ao repovoamento de reservas e parques nacionais, a criação pode contribuir para a preservação em sentido estrito da espécie.

E isso implica dizer que essa nova atividade econômica, a pecuária de novas espécies, não se esgota na simples exploração da carne, couro e outros produtos. Ela se associa, frequentemente, à indústria do turismo (sobretudo o ecológico), na medida em que garante a parques, reservas, zoológicos e outros empreendimentos, maiores atrativos e portanto maior público.

Além disso, é em razão desta articulação com a preservação de espécies ameaçadas e com um determinado tipo de turismo que essa atividade pode contar, eventualmente, com subvenções diretas de instituições internacionais e nacionais.

(*) *Economista, DS. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA.*

PENSEMOS, POR EXEMPLO, NO JACARÉ

Existem no mundo 22 espécies de crocodilianos, das quais 15 têm a pele e a carne exploradas economicamente. O método é conhecido: a caça predatória. Por causa desta caça e da destruição do meio ambiente dos citados répteis, espécies que se desenvolveram há centenas de milhões de anos estão ameaçadas de extinção. Nas Américas, das 7 espécies existentes, 4 estão ameaçadas de extermínio⁽¹⁾.

A caça ilegal e impune mata anualmente cerca de 2 milhões de jacarés, crocodilos e aligátors no mundo, dos quais 1,5 milhão de animais somente no Brasil, Bolívia, Paraguai e Venezuela⁽²⁾. Sem o desenvolvimento da criação de jacarés e crocodilos a maior parte das espécies estarão extintas num tempo não muito remoto.

A criação pode gerar lucros, preservar as espécies ameaçadas e, ao mesmo tempo, preparar a domesticação de novas variedades de jacarés e crocodilos mais rentáveis. A caça reduz direta ou indiretamente o mercado para estes répteis, pois liquida os estoques naturais, eleva o preço internacional das peles e ainda provoca campanhas contra o consumo de couro de animais silvestres que atingem o grande público. A criação, ao contrário, pode contribuir para estender o mercado. Certos *lobbies* ecologistas vêm com simpatia a criação de jacarés e crocodilos. O incremento da escala de produção, o desenvolvimento das técnicas de manejo e a seleção de variedades mais produtivas podem reduzir o preço do couro e da carne destas espécies, sem prejudicar a rentabilidade da nova atividade.

No mercado internacional a pele de um jacaré está cotada, em média, a US\$ 82,65⁽³⁾. Digamos que um jacaré produza ainda 3,5 kg de filé de cauda que poderia ser comercializado para restaurantes e certos supermercados ao preço subestimado de R\$ 5,00 por quilo, ou seja, US\$ 5,26 ao câmbio de agosto de 1995. Total do valor final do jacaré: qualquer coisa em torno de cem dólares por cabeça, considerando-se os subprodutos.

A questão é saber qual a escala mínima necessária para um projeto desse tipo. Aqui a escala diz respeito tanto às criações propriamente ditas, quanto ao volume de produção necessário para assegurar o funcionamento de uma unidade beneficiadora do couro e da carne. As escalas de criação podem ser menores se os produtores se organizam em cooperativas de beneficiamento. Além disso, nós já sabemos que os jacarés precisam de água, mas que em compensação ocupam menos espaço e comem bem menos que as aves e os mamíferos domesticados (são répteis, animais de sangue frio com metabolismo mais lento).

Mas qual a razão ideal? Qual a idade ideal para o abate? Quais as possíveis doenças? Como garantir a reprodução em cativeiro? São questões que começam a ser respondidas nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. E de certa forma também no Brasil. Porque, ao que parece, existe criação de jacarés

no Brasil desde 1980. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tenta incentivar a atividade e para isso chegou a convocar um primeiro encontro nacional de criadores em 1995. Em Mato Grosso, duas dezenas de empresários se adaptam aos novos tempos e fundam a Cooperativa de Criadores de Jacaré do Pantanal, a Coocrijapan. Aqui e ali, como se vê, surgem os primeiros projetos⁽⁴⁾.

E NO CAITITU, NA CAPIVARA, ETC

O ramo, é claro, não abre atualmente oportunidades apenas para a produção de jacarés. Em São Paulo, segundo a Folha, "os criadores de capivaras e catetos (caititus) estão aumentando seus rebanhos para atender à demanda crescente de restaurantes, butiques de carne e supermercados". Somente em junho de 1995, oito pontos de vendas paulistanos se cadastraram no Ibama para comercializar os produtos⁽⁵⁾.

O que vale para o jacaré vale para outras espécies. Tomemos um outro exemplo, o caso da capivara.

Nos supermercados de São Paulo a carne de capivara custa R\$ 20,00 o kg. Num restaurante, o prato de 300 g é vendido aos mesmos R\$ 20,00 (R\$ 67,00 por kg). O produtor recebe cerca de R\$ 50,00 pela arroba de animal vivo, R\$ 100,00 pela arroba de animal abatido. Ou seja, entre R\$ 3,30 e R\$ 6,60 por kg. Uma capivara em idade de abate pesa em média 40 kg. Ela leva menos de um ano para atingir este peso. Um produtor de porte razoável, com 200 reprodutoras, pode abater 400 animais/ano. O que significa um faturamento de cerca de US\$ 50,000 a US\$ 100,000.00 por ano apenas com a venda da carne do "maior roedor do mundo"⁽⁶⁾.

Por que não pensar na criação de emas, veados, queixadas, antas ou pacas? Javalis de origem européia são criados no Rio Grande do Sul para o abastecimento de restaurantes em Porto Alegre e São Paulo. Perdizes e faisões já são produzidos há muito tempo no Centro-Sul. A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ, em Piracicaba, pesquisa o manejo de capivaras, queixadas e catetos. São provas adicionais para mostrar que o ramo já existe.

INOVAR É PRECISO

Muitos encaram toda essa história de jacarés e capivaras como algo tão distante da realidade quanto o Parque Jurássico. É pena. A diversidade biológica não é um valor abstrato, é algo que significa dinheiro. Seria interessante investir logo alguma coisa em pesquisa e produção neste novo negócio. Mas para isso seriam necessárias certas iniciativas no plano regional: linhas de financiamento, mobilização da estrutura estadual de pesquisa e assistência técnica, apoio ao registro de novos produtores (que precisam da autorização do IBAMA), etc.

(1) Ver *Espèces Menacées – Le Crépuscule des Crocodiles*, p. 30-36 em *Science & Vie*, nº 928, janeiro 1995.

(2) *Idem*.

(3) *Ibama reúne criadores de jacaré*, *Folha de São Paulo*, 3-2, 23 de maio de 1995.

(4) *Idem*. Ver ainda "Da Selva para o seu Quintal", p. 38-45 em *Globo Ciência*, ano 4, nº 47, junho de 1995.

(5) *Capivara e cateto ampliam mercado*, *Folha de São Paulo*, 6-2, 11 de julho de 1995.

(6) *Idem*.

A criação de espécies silvestres é um negócio cuja segurança está, infelizmente, associada à raridade crescente dos animais selvagens, provocada pela caça não-regulada e pela destruição do meio ambiente natural das espécies selvagens. Por maior que seja a proteção à natureza (e é isto que se deseja), o mercado, no futuro imediato, tende a crescer. É como no caso dos peixes. A pesca industrial tem pouca perspectiva enquanto atividade lucrativa. Ela destruiu as reservas mundiais de pescado e já avança sobre as espécies abissais. Daí o futuro que tem a piscicultura.

Ora, quando se trata de criação de peixes (ou de camarões da Malásia) ninguém se assusta mais. São atividades firmemente estabelecidas.

E POR QUE NÃO JACARÉS?

A agropecuária baiana precisa de empresários e técnicos inovadores capazes de apostar numa estratégia de diversificação. Diversificação que impeça as crises das monoculturas. Diversificação que explore os bens de alto valor e de boa margem. O caminho, como se sabe, é arriscado. Lembram-se do cravo-da-índia? Mas estão aí o guaraná, a acerola e a pupunha. E a codorna.

NOVAS TECNOLOGIAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS

Ronaldo Pedreira Silva (*)

Que o mundo está mudando, não se pode negar. Que as atuais tecnologias estão avançando é um fato incontestável. E tudo isso tem uma influência fortíssima sobre as relações entre indivíduos, organizações, sejam elas empresas, governos, etc. O planeta em que vivemos encolheu com a redução das distâncias relativas e ampliação dos mecanismos disponíveis para a troca de informações. Estas, por sua vez, aumentaram consideravelmente o seu volume por unidade de tempo, causando uma virtual "poluição iônica" que ameaça inclusive a própria eficiência da tecnologia das telecomunicações.

Mas o que está sendo feito para acompanhar essas mudanças? Como os homens as estão vendo? Elas estão chegando a todos? Como elas influem em nossas vidas?

Falando da tecnologia da informação, o que vemos é que está havendo uma guerra limpa. Nesse confronto, o que conta não é conquistar territórios, mais mercados, fontes de conhecimento, capacidade de influência. É uma guerra sem tiros, na qual os guerreiros mal saem dos seus escritórios - as empresas de aviação que o digam. Entram aí, a Informática e as Telecomunicações como fatores determinantes. O uso do computador está se disseminando a passos largos. Só no Brasil, se prevê um aumento de 30% ao ano nas vendas, com um faturamento de dezenas de bilhões de reais até o fim de 1995.

Isso indica, de imediato, uma vital necessidade de investimentos em linhas de comunicações, que, em nosso país - como diz o repórter - "é uma vergonha". A falta de investimentos neste setor pode nos colocar à margem de mercados muito interessantes e nos pôr cada vez mais como dependentes tecnológicos. Apesar disso, temos pensadores de alto

nível, muitos dos quais sendo disputados por indústrias e centros científicos no exterior. Aqui, eles não encontram condições favoráveis para o seu próprio desenvolvimento, o que, conseqüentemente, vem afetar o do nosso próprio país.

A EDUCAÇÃO PARA A TECNOLOGIA

Há não muito tempo, quem não possuísse o curso ginasial completo não podia aspirar a melhores colocações. Atualmente, o segundo grau é o mínimo necessário para ser balconista nos grandes centros. O mercado de trabalho está muito exigente e seletivo, além de escasso. As máquinas nos escritórios, supermercados, etc. estão se sofisticando e, com isso, os trabalhadores precisam de mais conhecimento sobre assuntos correlatos e afins.

Com vistas na preparação do homem para o mercado de trabalho, as escolas deverão ser reformuladas. Os currículos deverão ser revistos. Vejamos um caso bem palpável: qual era a escola que, há cinco anos, oferecia Informática como parte do currículo? E quantos alunos possuíam microcomputador em casa? Podemos facilmente responder a ambas as perguntas: bem poucos. Logo, a cabeça dos alunos estão mais flexíveis, abrangentes e rápidas.

É raro o campo profissional que não tem no computador um auxiliar poderoso. Por isso, todos devem estar aptos para usá-los. As escolas, em todos os níveis, deverão, em breve, oferecer aos seus alunos algum tipo de contato com a computação e as redes, se possível. Caso isso não ocorra, os seus formandos não estarão preparados para enfrentar a concorrência mais informada.

(*) *Bel. em Ciência da Computação. C.I./SEAGRI.*

AS RELAÇÕES DE TRABALHO, O PODER E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Estruturas de poder rígidas, organogramas enormes, fluxos de informações hierarquizados, tudo isso pode ter sido muito bom. No passado. Nem os governos poderão segurar as informações com mão de ferro por muito tempo.

As empresas que quiserem sobreviver não poderão prescindir do computador, dos correios eletrônicos (para comunicações internas e externas) e, pela tendência que se delineia, da Internet.

O trabalho tende a deixar de ser rotineiro, mecânico, repetitivo. As tarefas mais enfadonhas e perigosas deverão ser feitas por máquinas. Caberão ao homem as atividades mais nobres. Com a proliferação das redes os trabalhadores poderão fazer boa parte de seus trabalhos sem sair de casa, economizando tempo de deslocamento e aumentando a produtividade. Isto ocorre também para compras, *homebank*, etc.

Outro aspecto que se fortalece a cada dia é a globalização da produção e dos mercados. As grandes corporações podem buscar centros mais baratos de fabricação, onde as matérias-primas e a mão-de-obra são mais fáceis. Daí, o produto pode ir para qualquer parte do mundo. Temos grandes exemplos disso, tais como as indústrias automobilística e aeronáutica, como o consórcio AIRBUS. O que vemos é um grande crescimento também do *just-in-time*. Processo altamente dependente de uma boa rede de comunicações e de um novo método de pensamento empresarial, no qual não há formação de estoques que empatem recursos físicos, financeiros e humanos.

As pessoas também tenderão a sofrer modificações no seu relacionamento pessoal. Com os correios eletrônicos, a necessidade de se reportar ao chefe imediato para comunicação com outros setores e, até mesmo com outras organizações, diminuirá muito. Eles permitem troca de documentos, programas, gráficos e até mesmo reuniões. Assim, há menos papeladas e redundâncias, facilitando-se a tomada de decisões e, é claro, economizando-se dinheiro, que é o que todos querem.

Mas o que está causando um grande furor em todo o mundo é a Internet. Quase desconhecida há três anos, vem tomando corpo, alargando o mundo digital e subvertendo as estruturas de poder. Não é à toa que o ultracentralizador governo chinês está preocupadíssimo.

Por mais que queiram controlar, os governos estão fadados a perderem poder sobre seus cidadãos, por conta da mãe de todas as redes. Um contundente e recente exemplo disso foi o seu uso pelos guerrilheiros de Chiapas, no México. Eles se comunicaram com o mundo com a maior naturalidade e facilidade.

A Internet está permitindo que pessoas com interesses comuns troquem conhecimentos e disseminem cultura. O mundo diminuiu, os homens se aproximam, as formas de exercício de poder se diluem. As empresas passam a ter uma vitrine virtual e até mesmo a menor delas pode funcionar como uma poderosa multinacional, colocando os seus produtos e serviços em todo o planeta.

Qualquer um pode se tornar usuário da rede. Isso no mundo. No Brasil a questão é mais burocrática e o governo tomou para si o controle. É como querer engarrafar uma tempestade. Atualmente, só quem pode usar a rede são afortunados que tiveram suas contas ativadas pelo Ministério das Comunicações até 31 de maio deste, quem faz parte de universidades e de instituições de ensino (pela RNP), ou de algum órgão governamental com um nó (como a PRODEB) ou de alguma BBS com ligação na rede.

Mesmo com essas limitações a rede está se disseminando pelo país. Dentro de pouco tempo, com a flexibilização das telecomunicações, muitas empresas prestadoras de serviços poderão fornecer contas na rede. Esses acessos poderão ter taxas de 1,5Mbps e preços variando de US\$ 500 a US\$ 2.000 (nos EUA). Tudo é uma questão de negociação e disponibilidade de recursos.

O que se prevê para a Internet extrapola qualquer profecia mais otimista. Imagens, músicas, dinheiro eletrônico (*e-cash*), compras, TV, etc. Tudo disponível na rede. Até há pouco tempo nada parecia ser mais popular que a televisão.

CONCLUSÃO

As novas tecnologias da informação estão criando novos hábitos e colocando o mundo de ponta-cabeça, como diriam os conservadores. Onde já se viu um pai perguntando a um filho pirralho como se liga um aparelho, ou um governo sem saber o que seus cidadãos pensam e como se comunicam com o exterior? Mas é o que está acontecendo. As regras de poder não são mais aquelas, os sistemas políticos estão se flexibilizando para se manterem, pois os seus eleitores estão mais informados - pelo menos nos países desenvolvidos.

Uma decisão governamental não influi apenas sobre quem vive sob seu jugo, mas muitos outros países. As fronteiras estão caindo e os mercados se abrindo em todo o mundo; logo a Europa formará um único país em pouco tempo. Dada a velocidade das transformações as decisões devem ser rápidas e as margens de erro se reduzem mais e mais. Por isso, conhecimento é poder, informação é arma poderosa. Como profetizou Alvin Toffler, estamos vivendo uma nova revolução, a das informações.

O POLÍGONO DAS SECAS OU REGIÃO SEMI-ÁRIDA (?)

Dária Maria Cardoso Nascimento (*)

As secas no Nordeste existem desde os séculos XVI e XVII, embora poucas sejam as notícias daquela época.

A partir do século XVIII, com o deslocamento da população em direção ao interior, possibilitou-se a geração de documentos sobre a existência das sucessivas estiagens na região, fato que pode ser constatado no "Quadro Cronológico das Secas" (Sudene, 1981). Segundo os registros, no período entre 1721 e 1727 houve uma das maiores estiagens da época, atingindo várias províncias, levando à morte tribos indígenas, gado, feras e aves; secando fontes e brejos com perdas das lavouras.

A intervenção do Estado também não é recente. Conforme a bibliografia consultada, encontram-se menções à mesma desde 1721 quando D. João IV determinou, através de Carta Régia, a obrigatoriedade do cultivo da mandioca. Num segundo momento, instituiu-se a repartição das terras nas margens dos rios. Em 1782, já se verifica uma preocupação quanto às populações que estavam ameaçadas pelas estiagens periódicas, que foram então cadastradas, o que demonstra o interesse pela área afetada.

No século XIX, mais precisamente em 1829, o governo propôs a abertura de fontes artesianas profundas e, em 1856, D. Pedro II criou a Comissão Científica Exploradora para estudar a província do Ceará nos seus aspectos Geológicos, Geográficos, Etnográficos e Botânicos (cerca de 100 anos antes da criação da SUDENE), (Sudene, 1981).

A partir de 1877, o Governo Imperial designou uma Comissão para estudar meios práticos de como abastecer a população durante as estiagens e obteve as recomendações para realizar construções de estradas de ferro, açudes, um canal para ligar os rios Jaguaribe e São Francisco, além da sugestão de instalação de observatórios meteorológicos.

A última seca daquele século foi registrada em 1898, causando a migração de 16.000 pessoas que se deslocaram do Rio Grande do Norte para a Amazônia. No ano seguinte a concentração pluviométrica causou enchentes das mais violentas.

O século XX inicia-se com estiagem que atinge todo o Nordeste até o norte de Minas Gerais. A irregularidade hídrica sempre foi uma característica da região. São períodos alternados de longas estiagens, que se opõem a períodos curtos de chuva concentrada. A repetitividade deste fato levou Rodrigues Alves, em 1903, a estabelecer a primeira lei orçamentária, destinando um percentual para as obras contra as secas. Para sua efetivação, foram criadas, em 1904, as seguintes Comissões:

- ▣ de Açudes e Irrigação;
- ▣ de Estudos e Obras Contra Efeitos das Secas;
- ▣ de Perfuração de Poços.

As Comissões foram posteriormente fundidas, em 1906, com a denominação de Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, que passa em 1909 a ser chamada de Inspetoria de Obras Contra as Secas. Esta sofreu várias reorganizações, até que, em 1934, é incluído na Constituição o artigo 177 onde é prevista dotação orçamentária a ser consignada anualmente à Inspetoria. Para que a zona compreendida pelo fenômeno climático fosse atendida e definida a área de sua atuação, delimitou-se o "Polígono das Secas" pela lei no 175 de 1º de janeiro de 1936, (Sudene, 1981).

Inicialmente, o Polígono tinha seus limites oeste na Bahia a partir de Barra (BA) e subia o Rio São Francisco até Pirapora (MG), e a leste a partir do Rio Pardo (MG) em linha reta até Amargosa (BA). Após sucessivos períodos de

QUADRO CRONOLÓGICO DAS SECAS

| Séculos | Décadas | | | | | | | | | |
|---------|-------------------|-----------|---|-------------------|------------------------|---------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-------------------|
| | 00 | 10 | 20 | 30 | 40 | 50 | 60 | 70 | 80 | 90 |
| XVI | — | — | — | — | — | — | — | — | 1583 1587 | — |
| XVII | 1603 1608 | 1614 | — | — | 1645 | 1652 | — | — | — | 1692 |
| XVIII | 1707 | 1710/1711 | 1721/1722 1723/1724 1725/1726 1727 | 1730 1736/1737 | 1744/1745 1746/1747 | 1751 1754 | 1760 1766 | 1771/1772 1777/1778 | 1783/1784 | 1791/1792 1793 |
| XIX | 1804 1808/1809 | 1814 | 1824/1825 1829 | 1830 1833 | 1844/1845 | — | — | 1870 1877/1878 1879 | 1888/1889 | 1898 |
| XX | 1900 1903 | 1919 | — | 1932 | 1942 | 1951/1952 1953 1958 | 1966 | 1970 1976 1979 | 1980 1981 | — |

SUDENE, 1981

(*) Geógrafa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI/SEPLANTEC

secas no Nordeste, novas áreas foram incorporadas ao Polígono em 1946 e 1951. Em 1951, o limite leste da Poligonal no estado da Bahia foi alterado, no trecho entre o Rio Pardo (MG) e a cidade de Amargosa (BA), passando a incluir as localidades de Vista Nova e Poções até alcançar Amargosa (figura 1).

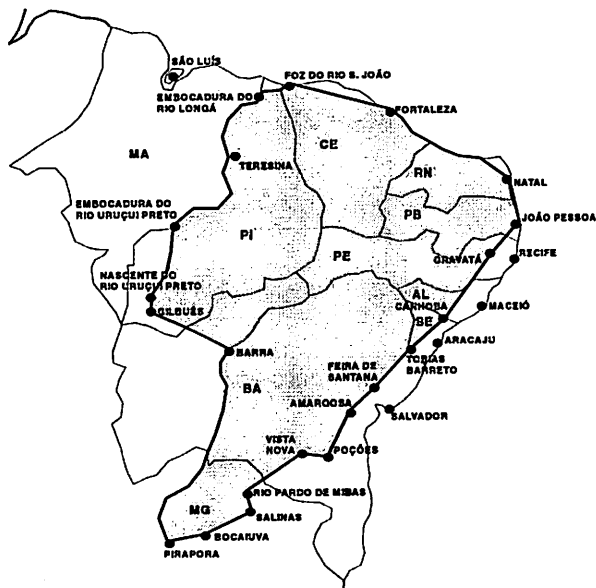


FIGURA 1 — POLÍGONO DAS SECAS (DELIMITADO PELA LEI Nº 1.348 DE 10-02-1951) SUDENE, 1972

Através de dispositivos legais da Lei 4.763 de 30 de agosto de 1965, foram introduzidas sensíveis modificações nos limites, a exemplo da inclusão do município de Vitória da Conquista (BA) (figura 2). Aí estabelecia-se: todo "município criado com o desdobramento da área de município, incluído total ou parcialmente no Polígono das Secas, será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos", (Sudene, 1972).

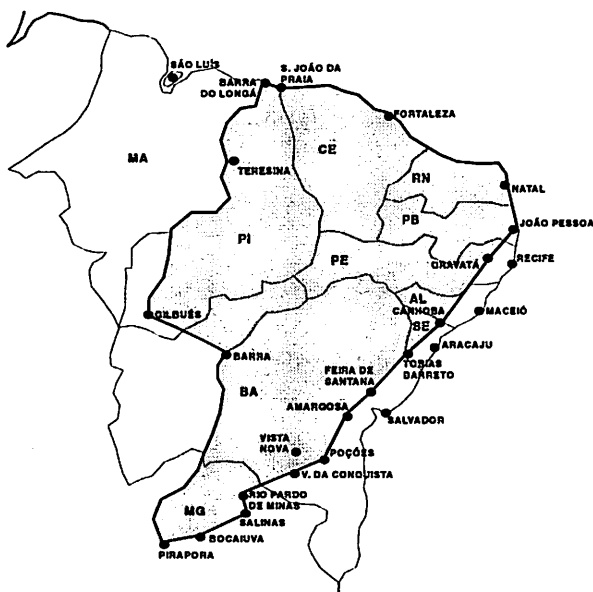


FIGURA 2 — POLÍGONO DAS SECAS DELIMITADO PELA LEI Nº 4.763 DE 30-08-1965 (SUDENE, 1972)

Durante todo este período, a "Área da Zona Seca" ou "Polígono das Secas", em função das longas estiagens, viu incorporar-se à sua superfície novas unidades territoriais (1946, 1951 e 1956). Isto resultou na modificação de sua poligonal, deixando muitas vezes uma certa confusão quanto a seus limites. Coube à SUDENE, desde o momento de sua criação em 1959, o gerenciamento da área pertencente ao Polígono. Este órgão, em cooperação com os demais que atuam na região, elaborou planos de emergência voltados para os problemas gerados pela falta de chuva.

Com o mapeamento das áreas de ocorrência de secas realizado pela Sudene (1981), constatou-se que, eventualmente, as estiagens extrapolavam as isoietas de 1.000mm anuais e que mais de 80% das ocorrências de seca estavam compreendidas entre as isoietas de 400 a 800mm anuais com regime de chuva irregular concentrada em períodos curtos. Embora este estudo tenha sido realizado em 1981, a isoietas de 800mm vem sendo o indicador utilizado para a delimitação do Polígono das Secas desde 1936, tendo sido adotado pela Constituição de 1988 para a delimitação do Semi-árido para fins de aplicação de recursos do FNE ou seja do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste.

A Sudene realizou em 1994 o mapeamento do Semi-árido utilizando a isoietas de 800mm com dados de precipitação atualizados até o ano de 1991. O resultado deste estudo culminou na ampliação da área de seca, denominada Região Semi-árida, legitimada pela Resolução nº 10.929 de 30 de junho de 1994. O Estado da Bahia incorporou mais nove municípios, totalizando 257, conforme sua representação na figura 3.



FIGURA 1 — MUNICÍPIOS DA REGIÃO SEMI-ÁRIDA DO FNE — ESTADO DA BAHIA (SUDENE, 1972)

CONCLUSÃO

É bem verdade que quase seis décadas se passaram e o problema do Polígono das Secas ou da Região Semi-árida continua à espera de soluções, sendo cada vez mais agravado, não só por determinação da natureza - os baixos índices pluviométricos no Nordeste brasileiro - como também pela insuficiência de políticas públicas. A isoietas é uma representação gráfica resultante de dados coletados em campo e

que certamente continuará a balizar a extensão do fenômeno a ser mapeado. É preocupante a possibilidade de que sejam incorporadas novas áreas, o que, evidentemente, viria a exigir um aumento dos recursos a serem aplicados.

A delimitação de uma área denominada de Polígono das Secas ou Região Semi-árida - FNE, não corresponde à clássica classificação climática de semi-árido, mas a uma zona de maior incidência de ocorrência de secas, com efeitos econômicos e sociais que repercutem em todo o país. Por conta disso, tornam-se necessários recursos e medidas especiais que possam ser aplicados a fim de minimizar os referidos efeitos na região.

Segundo a Sudene (1995), após a delimitação da Região Semi-árida, para fins de aplicação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FNE, determinada pela Resolução nº 10.929 de julho de 1994, do Conselho Deliberativo da SUDENE, o conceito de Polígono das Secas tende ao desuso, na medida em que este não mais se constitui em referência para aplicação de recursos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SUDENE. *Hidrologia das Secas*. Recife, 1972.

_____. *Municípios do Nordeste em Relação à Zona Geoeconômica e ao Polígono das Secas*. Recife, 1972.

_____. *As Secas do Nordeste*. Uma abordagem histórica de causas e efeitos. Recife, 1981.

- ▣ Nota: Este texto é parte do trabalho " *Isolinha na Cartografia e sua Aplicação no Planejamento Regional* " que será apresentado no XVII Congresso Brasileiro de Cartografia.

PLANTAS MEDICINAIS

Luis Henrique Hirsch Epstein (*)

Sem alarde, desenvolve-se no Brasil um movimento científico em torno de algumas plantas conhecidas genericamente como *medicinais*. Agrônomos, biólogos, botânicos, técnicos agrícolas e até leigos, realizam pesquisas em suas respectivas especialidades a fim de esclarecer e difundir conhecimentos sobre, aproximadamente, 300 plantas nativas e exóticas usadas pela população no tratamento de problemas que vão da dor de barriga ao reumatismo e à insônia. É difícil avaliar a dimensão econômica desse esforço que liga a agricultura à saúde, pois a maior parte das ervas é colhida fora de cultivo regular - pouco frequente no país. Todavia, é inegável a tendência de desenvolvimento nessa área. Os resultados dos trabalhos poderão estar à disposição do público - quiçá gratuitamente - em postos de saúde ao longo do país.

Muita gente duvida do poder terapêutico das plantas, mas a química mostra que não há mistério em obter-se curas por meio de chás (infusões, *decoctos*), tinturas, xaropes, pós e compressas vegetais dentre outros. Em torno de 25% dos remédios alopáticos tradicionais produzidos por laboratórios e disponíveis em farmácias são fabricados a partir de substâncias vegetais; outros 75% são produtos sintéticos decorrentes de combinações químicas artificiais.

Dos remédios homeopáticos, 60% provêm diretamente das plantas e os restantes 40% dividem-se entre medicamentos fabricados a partir de substâncias de origem mineral e substâncias de origem animal.

A partir da água, da luz e de nutrientes, as plantas sintetizam compostos químicos; alguns deles têm a capacidade de provocar reações no organismo dos animais, inclusive do homem. Caso a reação resulte em cura de uma doença ou atenuar os seus sintomas diz-se que a planta é medicinal; por outro lado, se a reação provocar intoxicação diz-se que a planta é tóxica ou venenosa.

MASTRUÇOS

Uma mesma substância, segundo sua dosagem e forma de preparo, pode tanto ter ação terapêutica quanto tóxica; em qualquer dos casos o composto químico que provoca as reações é chamado de princípio ativo - p.a.

Sabe-se, hoje em dia, que a maioria das plantas ditas medicinais contém substâncias que fazem parte de seis classes - ditas principais - com características químicas semelhantes entre si e que são: *os alcalóides, os glicosídeos cardiotônicos, os óleos essenciais, os bioflavonóides, os taninos e as mucilagens*. As plantas que produzem esses princípios ativos são grandemente procuradas por laboratórios para a fabricação de três tipos de remédios, a saber: *os fitoterápicos naturais* (provenientes de planta utilizada diretamente em forma de chás ou extrato vegetal), *os homeopáticos* (provenientes de planta diluída e aproveitada em quantidades míni-

(*) Agrônomo da SEAGRI.

mas) e os *alopáticos* (onde o princípio ativo é retirado da planta, sofre acréscimo de substâncias ou sofre transformação química que viabiliza sua produção industrial sob forma de cápsulas, colírios, pomadas, drágeas, entre outros.

**Mastruço comum
(medicinal)**



**Erva de Santa-Maria
(tóxica)**



PRINCÍPIOS ATIVOS

Alcalóides — Têm ação pronunciada sobre o organismo do homem e devem ser aplicados com cuidado, pois agem sobre o sistema nervoso central e são altamente tóxicos se usados seguidamente ou de maneira errada. É o caso da morfina - extraída da papoula *Papaver somniferum* - utilizada como anestésico e que pode provocar dependência e até a morte se consumida sem controle; também a atropina - presente na beladona *Atropa beladona* - é alcalóide que requer cuidados com o seu uso.

Outros anestésicos são usados como analgésicos ou estimulantes. Como exemplo citam-se a cafeína (presente no café e no guaraná), que é estimulante e a pilocarpina (presente nas folhas do jaborandi), *Pilocarpus jaborandi*, usada na fabricação de colírio para glaucoma.

Glicosídeos cardiotônicos — São açúcares compostos usados no tratamento de doenças cardíacas como a angina; as plantas digitalis - *Digitalis purpurea* dedaleira - são as mais importantes fornecedoras desses glicosídeos.

Óleos essenciais — São encontrados em plantas dotadas de odor marcante; esses óleos possuem propriedades analgésicas, relaxantes, antiviróticas, bactericidas e cicatrizantes. Óleos essenciais provenientes das plantas *valeriana* (calmante), *melissa* (relaxante), *camomila* (bactericida), *hortelã-pimenta* (mentol - expectorante), *cravo-da-india* (eugenol analgésico e anestésico), entre outras, são interessantes para a medicina.

Bioflavonóides — Com propriedades medicinais, são de baixa toxicidade e encontrados em toda planta que produz flor amarela - cor proporcionada pelo flavonóide.

O nome bioflavonóide indica que o princípio ativo foi produzido por uma planta; os compostos produzidos em laboratório chamam-se flavonóides.

A *artemetina* - presente na erva-baleeira *Cordia verbenacea* -, com propriedades antiinflamatórias, é aproveitada por laboratórios; os bioflavonóides *rutina* e *hesperidina* - originários do pólen do trigo sarraceno e de descoberta recente - fortalecem os vasos capilares impedindo-os de romper-se.

Taninos — São substâncias adstringentes usadas largamente no curtimento de couros; taninos gálicos são medicinais possuindo propriedades cicatrizantes, antimicrobianas e anti-diarréicas. Presente o tanino, o sabor da planta dá a impressão que *trava* a boca; a goiabeira, o barbatimão e a romã contêm tanino.

Mucilagens — São compostos viscosos com propriedades cicatrizantes, antiinflamatórias, laxativas, expectorantes e protetoras de mucosas. Encontram-se no confei, na malva, na babosa.

Os teores dos princípios ativos produzidos pelas plantas não são estáveis nem se distribuem de maneira homogênea por suas partes. Eles estão concentrados em determinados órgãos da planta - raízes, rizomas (caules subterrâneos), folhas, caules, sementes ou flores - e o teor varia com a época do ano, solo e clima onde a planta vive e difere entre outras da mesma espécie.

Outrossim, algumas plantas possuem mais de um princípio ativo - medicinal e outro - como é o caso da erva-baleeira que, além da *artemetina*, possui os óleos essenciais *pireno* e *mireno* que atraem insetos.

Enfim, as plantas são pequenos e complexos laboratórios químicos nem sempre conhecidos, na íntegra, pelos cientistas.

SITUAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA NA BAHIA

Gustavo de Medeiros Netto (*)

Apesar da dificuldade de quantificar o total da perda sofrida pela pecuária bovina baiana devido à seca que atingiu quase todas as regiões de criação, pensamos haver concordância geral quanto ao fato de que foram significativas estas perdas.

Variando de região, podemos constatar que a lotação atual das fazendas de pecuária é bastante menor do que antes do início da seca, não só pela morte de um grande número de cabeças, como pela venda de outras tantas, inclusive para fora do estado.

Infelizmente, as estatísticas em nosso país são folclóricas, não se podendo confiar nelas uma vez que se baseiam, na melhor das hipóteses, nas declarações dos pecuaristas à Secretaria da Fazenda (através do DAP anual) ou ao Ministério da Fazenda (declaração para fins de ITR e IR). As estatísticas do IBGE, que jamais foi a propriedade nenhuma fazer algum levantamento, têm provocado casos curiosos como o ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul onde os couros comprados pelos curtumes equivaliam ao dobro do número de animais abatidos no estado segundo os dados oficiais. No Mato Grosso, um levantamento realizado pelo Ministério da Agricultura provou que um determinado município não tinha área territorial suficiente para abrigar os animais que o IBGE lhe atribuiu. Por estes motivos, não podemos confiar nos dados disponíveis. A seca dos últimos anos atingiu áreas como o vale do Gongoji, cujos pecuaristas só agora vieram a saber a profundidade dos poços que se formam no rio quando ele corta, pelo simples motivo que tal fato jamais havia ocorrido.

As chuvas retornaram, mas ainda de maneira irregular, não normalizando o nível das aguadas de muitas regiões. Vários problemas derivam da seca e precisam ser equacionados:

- **Insuficiência do fornecimento de água aos rebanhos:** Uma solução seria a abertura de poços artesanais, onde fosse possível. Outra seria a perenização dos diversos rios e riachos existentes, através de um sistema de barragens. Uma solução mais audaciosa, porém definitiva, seria a construção de adutoras que levassem água não apenas aos povoados, mas também às propriedades agropecuárias, como ocorre em países desenvolvidos que têm plena consciência da importância da agropecuária no sustento econômico da nação. A simples ligação de água nos povoados resolve o problema da sobrevivência humana, o que é, sem dúvida, muito importante, mas não dá a estes mesmos indivíduos os meios necessários para prover as suas necessidades. Eles apenas não morrem de sede. A água, evidentemente, é a principal deficiência. Havendo água os demais problemas são de mais fácil solução. Sem trocadilho, toda solução que se faz requer líquido.

- **Recomposição das pastagens degradadas ou destruídas:** Sendo as pastagens o alimento mais barato para a pecuária, é fundamental que as que forem degradadas ou destruídas pela seca, e porque não dizer, pela superlotação de animais que seus proprietários, seja por ignorância ou por ganância realizam, sejam recuperadas. Neste ponto seria de maior importância uma orientação esclarecida - papel que poderia ser exercido por órgãos da Secretaria - aos pecuaristas, para que neste trabalho só fossem usadas as forrageiras realmente adaptadas a cada região. Seria bastante importante o aproveitamento das forrageiras nativas de cada região. Muitas vezes forrageiras nativas, de valor, são substituídas por forrageiras exóticas que ao primeiro sinal de seca deixam o pecuarista na mão. É preciso que se enfatize o óbvio. Não há forrageira mágica que se adapte a qualquer região. A altitude, composição do solo, variação de temperatura e outros fatores climáticos, fazem variar o comportamento da forrageira. Neste capítulo devemos dar ênfase também às práticas da fenação e ensilagem para atendimento dos períodos secos. Somos de opinião de que se a seca fosse tão certa quanto a neve nos países que sofrem este fenômeno, nós estaríamos sempre prontos para enfrentá-la.

- **Recomposição do Rebanho:** Depois de solucionados os problemas de abastecimento de água e forragem para o gado, devemos nos preocupar com a recomposição do rebanho. Neste ponto, deveremos ter duas políticas: uma para a exploração leiteira e outra para a produção de carne.

A produção leiteira pode ser recomendada para propriedades de áreas menores, onde um menor número de animais pode dar um retorno suficiente para o sustento de seus proprietários. A produção destes animais terá que ser significativa. Deverá haver uma complementação alimentar através de alimentos produzidos na propriedade. Obtido o leite, a preocupação maior seria a comercialização do mesmo, pois é, em geral, insuficiente o preço pago pelas indústrias do ramo. O estímulo à formação de Cooperativas de produtores com possível instalação de Microusinas de Pasteurização, ou a transformação do leite em queijos, requeijão e manteiga, penso que seriam caminhos para dar ao produtor uma maior independência econômica, com uma melhor resposta à sua labuta diária.

No que se refere à pecuária de corte, em nossa opinião, os rebanhos, para darem algum retorno, devem

(*) Médico Veterinário/SEAGRI.

ser maiores, exigindo portanto áreas maiores. Pequenos rebanhos de vinte ou trinta matrizes são o caminho mais seguro para a indigência do pecuarista. Neste caso, de pequenas propriedades, seria muito mais interessante orientar seus proprietários para a criação de ovinos. Pequenas propriedades também são próprias ao desenvolvimento da avicultura e da suinocultura, dentro de segmento da produção de carne. Não há dúvida de que são culturas exigentes de maior tecnologia, do uso de subprodutos industriais e rações. Evidentemente, o retorno do investimento é muito superior ao da pecuária bovina de corte, que se baseia na economia de escala, só sendo lucrativa em grande escala.

Em qualquer dos casos, deve-se lembrar que a qualidade dos animais escolhidos para o repovoamento das fazendas é importante, principalmente se este for feito com o aval da Secretaria da Agricultura. Incentivar a criação de animais de qualidade inferior não deve ser o objetivo de um inteligente, competente e honesto técnico, com os seus concidadãos.

- **Saúde Animal:** Este é outro fator importantíssimo no desenvolvimento da pecuária. A aftosa, a raiva, as doenças da reprodução, as parasitoses externas e internas, além das carências minerais devem ser cuidadas. Por melhor que seja a qualidade zootécnica do rebanho, não sendo sadio, será de baixa produtividade.
- **Crédito:** Este é outro fator importante que tem sido relegado a um plano secundário. O que existe atualmente, além de ser quase que totalmente dedicado à agricultura, é um crédito que privilegia as indústrias vendedoras de insumos (defensivos e adubos), máquinas agrícolas etc, relegando a plano secundário o financiamento da mão-de-obra. Não falaremos das taxas de juros cobradas nos empréstimos que, praticamente, dividem os tomadores de dinheiro de crédito

agrícola em dois grupos: os que não pretendem pagá-lo e os loucos.

- **Comercialização:** Este é outro problema, pois são poucos os frigoríficos e matadouros existentes. Dos existentes, alguns enfrentam dificuldades financeiras para se manterem. O maior matadouro do Estado da Bahia é o "FRIGOÁVORE", isto é, aquele que realiza o abate clandestino em baixo das árvores. O produtor também é lesado, quando não vê recompensado o seu esforço de produzir um animal melhor. Seja um novilho precoce, seja um boi de carro velho, o preço obtido pela arroba de carne é o mesmo. Além disso, o produtor vende em geral seu animal em pé, recebendo 50% de seu peso vivo. Sabemos que animais jovens e bem criados têm rendimento bem maior.

Finalizando, achamos que, considerando-se os fatos expostos, a ação da SEAGRI devia ser orientada no sentido:

- **Educativo** - através de cursos, dias de campos e outras técnicas extensionistas que esclarecessem os pecuaristas e os orientassem em sua exploração pecuária.
- **Realização de pesquisa** - visando resolver os problemas enfrentados pelo fazendeiro dentre os quais podemos exemplificar um de grande importância que é a lagarta de compasso. Ela vem destruindo as pastagens, anualmente, sem que apareça alguém com algum trabalho visando combatê-la. Outros problemas como cigarrinha, mosca de chifre etc.
- **Normativo** - estabelecendo os procedimentos a serem seguidos como por exemplo no combate à Febre Aftosa.
- **Fiscalizador** - para que os procedimentos estabelecidos sejam cumpridos.